

A operação midiográfica:

*A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*¹

SÔNIA MENESES²

“E aqui temos o passado,
A voz inicial da vida,
E temos o presente e o futuro,
Aqui temos esta vida e a outra.
Vão-se embora da nossa terra,
Da nossa terra, do nosso mar,
Do nosso trigo, do nosso sal, das nossas feridas,
De tudo... vão-se embora
Das recordações da memória,
Passageiros entre palavras fugazes.”

Pouco mais de um ano antes de morrer o poeta palestino Mahmoud Darwish³ leu, em Lisboa, na reunião unitária contra a Guerra do Iraque, o poema “Vão-se Embora”, do qual foi extraído o trecho acima. Em 20 de março de 2003, através dos meios de comunicação – em suas variadas formas narrativas: sons, imagens e textos – fomos arrastados para dentro de tanques de guerra, campos de batalhas e esconderijos no Oriente Médio com a Invasão do Iraque, pelos Estados Unidos. Resultado da política bélica desencadeia logo depois do ataque às torres gêmeas.

Assistida em tempo real por centenas de milhões de pessoas em várias partes do mundo, a queda do simbólico centro do poder estadunidense foi o argumento para o confronto que marcou os primeiros anos do século XXI e serviu para afirmar, de maneira contundente, o desenvolvimento de uma nova constituição dos acontecimentos

¹ Este trabalho é um resumo de minha tese de doutorado apresentada em 2011, intitulada *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964* - disponível no banco de teses da UFF.

² Professora adjunta da URCA, doutora em história pela UFF, mestre em história social pela UFRJ. Tem como área de atuação teoria da história, história do tempo presente, história e mídia, Brasil contemporâneo.

³ Darwish ficou conhecido como uma das vozes mais respeitadas da causa palestina e seu principal canal de expressão foi sua obra literária, que o tornou uma figura reconhecida internacionalmente. Em seus poemas, Darwish toca em questões relevantes da conjuntura política atual, principalmente no que diz respeito aos conflitos no oriente médio a partir da segunda metade do século XX. Faleceu em agosto de 2008.

emblemáticos contemporâneos. Em certo sentido, tornamo-nos participantes desses eventos, na medida em que a simultaneidade da informação nos levou à condição de testemunhas; experiência que já havia se manifestado, mesmo antes, em episódios emblemáticos no século XX, como a queda do Muro de Berlim. Na verdade, o **11 de setembro** inaugurou um novo estatuto do acontecimento midiático em 2001, principalmente pela força que se impôs pela reprodução de suas imagens, pois como chama atenção Mauad (2008; 228), “esse encontro de tempo pode ser visualizado através dos acontecimentos que fornecem o ritmo da narrativa histórica contemporânea (...) a própria noção de visualidade da narrativa factual envolve as condições de existência do acontecimento ditado pelos meios do mundo atual”.

Assim como a queda do *World Trade Center*, a invasão iraquiana foi instantaneamente nomeada como fato histórico, servindo-nos como marco representativo no grande caldeirão de outros acontecimentos que compõem as relações políticas, sociais, bélicas e culturais entre o Ocidente e Oriente nesse início de século XXI. Além disso, tais acontecimentos evidenciam questões complexas que manifestam temas capitais na compreensão da história no tempo presente: o acelerado e desigual processo de globalização; as disputas étnicas e territoriais; os conflitos entre Ocidente e Oriente; a construção e desconstrução de identidades e a formação de comunidades diaspóricas em várias partes do mundo. Nesse tenso cenário, um elemento situa-se como ponto fulcral: os usos do passado no presente, bem como suas novas formas de representação histórica na sociedade contemporânea.

Controlar aquilo que Darwish chama em seu poema de “a voz inicial da vida” tornou-se uma das ações mais emblemáticas da virada do século XX para o XXI, uma vez que, na atualidade, dominar o passado parece ter se tornado a garantia para que se tenha sob controle também, o presente e o futuro. Segundo Rousso, deparamo-nos com a ordenação de novos sistemas de representação social sobre o passado que têm como principal característica um forte investimento na cena pública.

Esta tese procurará pensar sobre tais questões; interrogará as imbricadas dimensões da fabricação dos acontecimentos históricos em nossos dias, bem como das formas de escrita do passado, elaboradas e difundidas pelos meios de comunicação. Refiro-me, principalmente, a uma sofisticada engenharia de sistematização de conceitos

e metodologias que colabora na composição de poderosas tessituras nas quais passado, presente e futuro são constantemente mobilizados em atitudes que se situam fora do campo da história e que se materializam em um tipo particular de escrita. Esta, por sua vez, congrega tanto elementos do campo historiográfico tradicional, quanto do próprio lugar da produção midiática.

Portanto, as primeiras questões que tentarei responder aqui são: é possível falarmos de uma escrita da história realizada pelos meios de comunicação? Se assim o for, que elementos teórico-epistemológicos perpassam essa produção? Como esses veículos realizam um trabalho de construção de sentidos sobre o passado? Em que medida a história científica tornou-se também um produto em suas formulações?

Por outro lado, se os meios de comunicação colocam em movimento essa complexa rede de sistematização, que parece evidenciar um tipo particular de conhecimento histórico, cabe ainda lançar mais uma questão: a quem compete a fabricação dos acontecimentos históricos no mundo contemporâneo; que elementos informam essa produção?

Perguntas que solicitam, para começar, que eu destaque nelas um elemento importante: a distinção entre acontecência e representância – ou seja, a diferença entre aquilo que remete à materialidade das ações humanas, suas experiências sociais efetivadas nas ocorrências concretas do cotidiano e, de outro lado, a elaboração simbólico-conceitual dessas ações; sua tradução semântica, lingüística e ideológica que formula, nesse caso, aquilo que conhecemos por acontecimentos históricos. Considero aqui o caráter pragmático dessas ocorrências, mas também seu caráter relativo e subjetivo. Condição complexa esta que ajuda a situar tais ocorrências em um jogo de elaborações sociais e simbólicas marcadas por diferentes regimes de historicidades, interesses e conflitos que se constituem em lutas no estabelecimento dos usos da história e da memória.

Ao pensar assim os acontecimentos históricos, não significa dizer que os eventos humanos em si não tenham existido, posto que a vivência humana está efetivamente marcada pela dialética da ação, da ordenação e dos infindáveis jogos de poder que se intercalam entre formas de pensamentos, culturas e sociedades. Entretanto,

é somente quando cada uma dessas escolhe o quê, e como lembrar é que passam a efetivar a construção do seu arcabouço memorial e histórico. Tal construção é sempre marcada por uma intensa disputa sobre o passado. Mesmo os materiais ou rastros deixados para ajudar na edificação desse patrimônio histórico estão submetidos a uma ordenação de discursos e práticas que efetuam um tumultuoso balbuciar de vozes dissonantes em vários tempos históricos.

Nas últimas décadas, tais elementos influenciaram uma mudança de sensibilidade sobre as relações com o passado, presente e futuro, que passaram a ganhar novos contornos quando se estabeleceu, em diversos países, a tentativa de monumentalização do presente, agora saturado pelos rastros de um passado cada vez mais marcante no cotidiano e evocado diariamente em várias abordagens dos meios de comunicação. Se, como afirmou Koselleck (2006), antes o presente era marcado por um forte potencial de futuridade, amparado por uma tradição filosófica e religiosa de caráter teleológico, no século XXI, assistimos a um presente carregado pela intenção de preservação obsessiva de um passado que parece se estender incessantemente em direção do futuro.

A própria compreensão sobre a historicidade desse tempo se modificou, assim como os significados dos acontecimentos tidos como emblemáticos, antes sequer conhecidos por uma coletividade mais ampla, e que agora passam a ser partilhados para além de todas as fronteiras. Talvez não seja exagero falar que atualmente vivemos sob o signo dos recursos midiáticos que ocupam lugar capital na ordenação de formas de pensamento histórico contemporâneo, já que a relevância que os acontecimentos passaram a assumir, vinculados a estes mecanismos, é bastante diferente daquela vislumbrada em outros tempos.

Ao irromperem no cotidiano, tais recursos nos apresentam uma procissão tão acelerada de eventos e informações, que a percepção espaço-temporal passou a se manifestar fortemente ligada ao imediatismo da informação, dando-nos a impressão que a articulação de uma tripla dimensão temporal foi alterada definitivamente.

Por outro lado, é também a partir de seus vários cursos narrativos que novas temporalidades são significadas e articuladas; exemplo disso, é a submissão do presente

e, conseqüentemente, do passado a uma contínua sensação de evanescência que pode ser sentida em uma incessante busca pelo devir. Sevcenko (2006, 89) proporciona uma definição bastante representativa dessa sensação de efemeridade, ao afirmar que “é um mundo sem dúvida vistoso, mas não bonito; intenso, mas não agradável; potencializado por novas energias e recursos; mas cada vez mais carente de laços afetivos e de coesão social”.

Assim sendo, minhas interrogações são de dois tipos: aquelas que se referem à atuação social dos meios de comunicação e à sua interferência na efetivação de eventos emblemáticos na contemporaneidade e, por outro lado, problematizo o caráter epistemológico-conceitual da reflexão desses eventos produzida nesses veículos e efetivada nesse tipo particular de escrita da história.

O primeiro desafio com o qual me deparei foi o de realizar essa reflexão a partir de exemplos concretos que possibilitassem ser vislumbradas três as dimensões dessa produção, a saber: a fabricação do acontecimento enquanto como experiência produzida nos meios de comunicação; os elementos pragmáticos dessa fabricação, ou seja, o lugar social em suas variadas demandas de sentidos e, por fim, a formulação da própria narrativa histórica sobre tais eventos. Precisaria, tanto de um evento emblemático significativo, bem como de um produtor de narrativas cuja atuação na formulação de sentidos históricos fosse incontestável. Nesse grande amálgama de possibilidades, deparei-me com dois bons exemplos que me pareceram modelares nessa problemática: o Golpe de 1964 e o grupo Folha de São Paulo.

Nas últimas décadas do século XX e em princípios do XXI, poucos eventos são tão recorrentes nos meios de comunicação do Brasil quanto o golpe de 1964, sendo bastante significativa a produção intelectual sobre o tema, não somente em termos bibliográficos, mas também, em produtos como filmes, documentários, revistas, romances, fazendo de 1964, um evento insistentemente apropriado pelas mais variadas mídias. As reflexões sobre períodos ditatoriais não são uma exclusividade do Brasil. Notadamente na América Latina, onde a implantação de várias ditaduras, a temática se tornou um elemento preponderante no debate político, bem como, na organização de diversos grupos sociais, que reivindicam para si, um lugar nas disputas pelas memórias de tais eventos. As discussões em torno da memória e do esquecimento em tais

episódios se tornaram uma questão visceral para estes países, especialmente, na organização das democracias que se seguiram às ditaduras. Mas, além de uma questão de governabilidade, as alterações giraram em torno da legitimidade na construção das versões sobre esses acontecimentos.

Nos países do Cone Sul, a transição para regimes democráticos colocou em cena usos do passado como componente fundamental no estabelecimento dos governos pós-ditaduras. É necessário que se perceba que tais utilizações obedeceram a dinâmicas específicas em cada um desses países, posto que os próprios processos de organização política assumiram caminhos bastante diversos na história de cada um deles. Entretanto, mesmo considerando tais divergências, destaca-se que a ordenação e a sistematização de memórias coletivas recentes tiveram como ponto capital a ênfase sobre a memória das vítimas em tais regimes, agora alçadas a um lugar central na constituição dos novos governos.

Portanto, o golpe de 1964 será tratado aqui dentro de um universo de significação complexo e variado, que o inscreve entre sua condição de acontecimento e representância. Nesse caso se estabelece uma diferença fundamental entre evento ocorrido e evento significado, principalmente, quando o consideramos num circuito que o desenha enquanto ocorrência social, lingüística, política e ideológica.

Necessário é ressaltar que, embora seja possível escolher algum desses elementos para figurar dentro de uma hierarquia valorativa de interpretações, não se pode deixar de considerá-lo a partir desse complexo mosaico de constituição. Uma das primeiras condutas para responder às questões que pontuei acima é pensar o próprio acontecimento do golpe de 1964 como um artefato social elaborado em um amplo jogo de construção de significados, que o problematiza sob vários aspectos e formas de compreensão e explicação.

Após apresentar brevemente meus dois objetos de reflexão – o golpe de 1964 e o jornal Folha de S. Paulo – advirto que não pretendo contar uma história sobre o golpe de 1964 no jornal Folha de S. Paulo, embora, não renuncie a realizá-la em parte. Pretendo realizar uma reflexão epistemológica sobre tais elementos, o que se configura o ponto chave dessa análise. Por conseguinte, o jornal, além de ser refletido como lugar

de produção do evento partilha com ele elementos de significação do seu próprio tempo e de formas de representação do passado.

Conseqüentemente, meu objetivo principal será discutir como os meios de comunicação atuam na produção de eventos, memória e esquecimento na contemporaneidade; compreender como eles operam com um tipo particular de escrita histórica em sua produção, tanto no momento de constituição desses acontecimentos na cena pública como em sua posterior significação como marco memorável. Embora não seja o foco de minha abordagem, tais elementos servirão para pensar ainda sobre o próprio lugar da produção histórica convencional em um momento que se caracteriza pela profusão de usos sobre o passado de formas tão recorrentes, nas várias mídias.

A partir de uma agência de mediação – o grupo Folha de S. Paulo, aqui especialmente representado por seu principal jornal e um acontecimento capital para a história do Brasil, o Golpe de 1964, irei discutir os aspectos do desenvolvimento desse processo.

Entretanto, embora a inspiração seja inegável, uma vez que trato também de compreender os elementos que informam a produção midiática em vários momentos de sua constituição, caminharei por lugares diferentes daqueles trilhados por Certeau. Minha primeira hipótese será defender a idéia de que há a elaboração de uma escrita da história de forma sistematizada fora do campo da ciência histórica: através dos meios de comunicação, tanto em suas narrativas cotidianas, como por profissionais ligados a eles, que se propõem à reflexão sobre os eventos passados.

A fim de tentar responder às questões colocadas no início, o conceito de operação midiográfica tanto funcionará para falar de lugares e elementos que conformam a produção midiática – nesse caso aqueles elementos sociais e teóricos que modelam a notícia e a produção dos eventos emblemáticos na contemporaneidade. Servirá também na sua posterior reprodução e re-significação em vários ciclos hermenêuticos, quando as ocorrências se tornam patrimônio memorável e cognitivo para uma dada sociedade. Tal procedimento possibilitará discutir questões de caráter epistemológico e semântico desses conteúdos, que ajudam a firmá-los, em longo prazo, como memória e história. Logo, a operação midiográfica se efetivará em duas grandes

fases que se relacionam, mas são distintas: em primeiro lugar a escritura dos eventos na cena pública e, em segundo, a inscrição desses eventos como marcos emblemáticos para uma dada sociedade.

Configura-se, assim, a tese central: em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos. Destaco, especialmente, a relação entre as três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história. Tais elementos são articulados em uma complexa operação cujo produto final é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação; a esse processo, denomino de operação midiográfica. Minha intenção é analisar que produção é essa e de que maneira ela se legitima como conhecimento histórico socialmente válido, muitas vezes, com mais facilidade do que a própria produção advinda do campo dos historiadores de ofício.

Passado, presente e futuro percorrem fluxos de significação que ajudam a fundar eventos emblemáticos contemporâneos ao operar em uma linha de distensão que vai da escritura do acontecimento na cena pública à sua inscrição como referente de significação memorável no tempo. Trata-se de uma ação compreendida numa relação no espaço e no tempo, ou para me remeter aos conceitos trabalhados por Koselleck (2006), espaço de experiência e horizontes de expectativa.

Embora eu esteja trabalhando prioritariamente com a mídia escrita através do jornal, mesmo que disposta em sites da internet ou no meio convencional, o conceito de operação midiográfica tenta dar conta da descrição de um processo que provavelmente pode ser observado em outras mídias e isso porque são abordados aqui problemas que perpassam a produção de uma série de outras formas comunicacionais, tais como, as idéias de acontecimento, os jogos de construção e reconstrução da memória, as formas de imaginação histórica que predominam nessa produção, as disputas nas versões, enfim, os usos do passado no presente. Esse trabalho é, portanto, uma espécie de arqueologia do processo de fabricação do acontecimento emblemático e da história a partir dos meios de comunicação.

Com o jornal e o golpe de 1964, interrogo o lugar dos recursos midiáticos tanto como tecedores de presentes, como também de urdidores de passados, viandantes de várias temporalidades e formas de pensar a história; seus produtos serão tomados como resultados da complexa oficina que realiza esse trabalho. Elementos estes que nos últimos anos fizeram com que surgisse uma verdadeira cultura da memória, conforme define Huyssen ou como Rousso prefere chamar: o “tempo da memória”.

Para finalizar esta introdução, saliento os desafios colocados aos historiadores nesse momento, pois, se a mídia trabalha em um movimento incessante de produção de sentidos sobre o presente e o passado, que papel deve assumir a história, entendida como campo do conhecimento, na contemporaneidade?

Pergunta difícil e problemática, uma vez que nos acostumamos a “utilizar” as várias mídias somente como produto empírico na pesquisa histórica. Jornais, revistas, filmes, fotografia, músicas, e outros suportes sempre foram tomados como “retrato” dos vários passados que tentamos construir. Contudo, para além de seu potencial como registro do passado, é fundamental que se considere que tais objetos realizam poderosos agenciamentos de sentidos tanto ontem, como hoje. Fragmentos de significação que são constantemente re-elaborados em diversas temporalidades, não somente pelos historiadores, mas por grupos humanos diversos com interesses variados. Como exemplo disso, destacam-se os grupos étnicos e os movimentos sociais e políticos que reivindicam a apresentação de suas próprias versões da história. O conhecimento produzido pelos meios de comunicação, além de ter se tornado recurso poderoso para o ensino e a reprodução de conteúdos históricos, efetiva também olhares e atitudes sobre o seu passado.

Por outro lado, ao sermos desafiados a pensar o tempo presente, somos confrontados com uma apologia ao não esquecimento que se tornou o ponto de fuga para uma sociedade que parece vacilar sobre o que é importante lembrar e o que é necessário esquecer, como nos chama atenção Huyssen “de fato a ameaça do esquecimento emerge da própria tecnologia à qual confiamos o vasto corpo de registro eletrônico de dados”.

No meio desse conjunto de novos problemas, uma constatação: a história se tornou um produto cobiçado, não somente de legitimação, mas mercadoria simbólica vendida em bancas de jornal. Produto que desencadeou a corrida de uma série de novos produtores ou “fazedores” de História.

Além de produzir história, vender o passado tornou-se uma atividade estimulante, pois o interesse quase obsessivo por ele levou a uma verdadeira profusão na distribuição de obras e produtos que incentivaram e alimentam uma sede de história em nosso cotidiano. O rápido registro do passado resultou em uma inesgotável demanda de datas, lugares e personagens que se tornaram memoráveis. A informação veiculada nesses recursos percorre diferentes fluxos de apropriação e conformação que, por sua vez, evidenciam aspectos da própria historicidade contemporânea.

Assim como a história, a memória passou também por um crescente processo de mediação. A formação das grandes periferias nos centros urbanos fez com que seus habitantes perdessem os limites de seus próprios territórios, que deixaram de ser tomados como suportes de memória, colocando novas formas de identificação social, agora equilibradas a partir dos relatos midiáticos.⁴

Testemunhamos um momento no qual os próprios conceitos de nações e nacionalismos têm de ser compreendidos a partir de outros referenciais, posto que, segundo Homi Bhabha (2007), vive-se nas fronteiras de um presente para o qual, “não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo ‘pós’: pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-feminismo...” (idem). No terreno desses “entrelugares”, que também podem ser pensados como lugares mediados, organizam-se outras estratégias de subjetivação que desencadeiam novos signos de memórias e identidades. Bhabha adverte-nos ainda que para pensar esse momento, a história tem que, abandonar sua mão-morta, aquela “que conta as contas do tempo sequencial como um rosário, buscando estabelecer conexões seriais, causais” (idem). O autor incentiva-nos, sobretudo, a investigarmos o trabalho fronteiro da cultura.

⁴ Essa discussão pode ser melhor aprofundada em CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas: Revista Opinião Pública, vol. VIII, no. 1, 2002. pp. 40-53.

Estes fazedores de história que trabalham com o alucinante fluxo do cotidiano acabam por nos oferecer um conhecimento multifacetário, formulado em diálogo com uma memória historiográfica, mas também com marcos memoráveis elaborados por sujeitos que não historiadores de ofício. Tais recursos se auto-reconhecem como tecedores de novas memórias e histórias, oferecidas, não somente, como rastro “despretensioso” de um passado que ajudam a costurar no presente.

Esta pesquisa é, portanto, uma investigação sobre o campo das idéias, compreendendo-o como campo das ações humanas em um jogo intenso de práticas, representações, conformações e invenções sociais. Em um mundo no qual a própria história passou a ser tomada como objeto de consumo, é necessário olharmos e refletirmos sobre as várias invenções feitas por ela e em nome dela.

Bibliografia

MAUAD, Ana Maria. *Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001* in História do tempo presente. Bauru-SP: Edusc, 2007, p. 228.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI – no loop da montanha-russa*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. p. 89.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas: Revista Opinião Pública, vol. VIII, no. 1, 2002. pp. 40-53.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2007.